

# Os legados de Paulo Freire e Greta Thunberg diante de um cenário brasileiro de embates político-ideológicos

The legacies of Paulo Freire and Greta Thunberg in the face of a Brazilian scenario of political-ideological clashes

**Daniel Cardoso Alves**

Doutorando em Educação

Universidade do Estado de Minas Gerais

daniel.alves@uemg.br

**Recebido em:** 01/02/2020

**Aprovado em:** 20/04/2020

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar o legado educacional deixado por Paulo Freire para o mundo e a importância do ativismo socioambiental de Greta Thunberg para a sobrevivência das gerações presentes e futuras. Para tanto, parte de uma problematização dos discursos políticos proferidos pelo atual presidente da República Federativa do Brasil a essas duas personalidades de reconhecimento mundial. Adota-se uma abordagem qualitativa e utiliza-se dos procedimentos pesquisa documental e revisão bibliográfica. Dentre as conclusões, entendemos que a pedagogia libertadora de Paulo Freire e a postura aguerrida da ativista socioambiental Greta Thunberg se completam como símbolos que representam justamente a impossibilidade de materialização da finalidade implícita nos discursos do presidente brasileiro.

**Palavras-chave:** Paulo Freire; Greta Thunberg; Discursos políticos.

**Abstract:** This article aims to present Paulo Freire's educational legacy to the world and the importance of Greta Thunberg's Social and environmental activism for the survival of present and future generations. To this end, it starts from a problematization of the political speeches given by the current president of the Federative Republic of Brazil to these two worldly recognized personalities. A qualitative approach is adopted and the documentary research and literature review procedures are used. Among the conclusions, we understand that Paulo Freire's liberating pedagogy and the staunch stance of environmental activist Greta Thunberg are completed as symbols that represent the impossibility of materializing the purpose implied in the speeches of the Brazilian president.

**Keywords:** Paulo Freire; Greta Thunberg; Political speeches.

## Introdução

Este artigo tem como pergunta central entender porque Greta Thunberg e Paulo Freire incomodam tanto o atual presidente da República Federativa do Brasil. Para tanto, ao apresentar o legado educacional deixado por Freire para o mundo e a importância do ativismo socioambiental de Thunberg para a sobrevivência das gerações presentes e futuras, tendo como elemento fundante a representatividade simbólica de ambos para a humanidade - vozes de uma educação conscientizadora e de uma juventude ambiental -, objetiva encontrar as evidências que justificariam esse incômodo do presidente brasileiro.

Para adentrar nas discussões que permeiam essa questão, é necessário contextualizar, inicialmente, a conjuntura política atual do Brasil.

O ano de 2019, no cenário político brasileiro<sup>1</sup>, foi marcado pelo lema das reformas, notadamente as do sistema tributário, da previdência e da educação. O chefe do poder executivo da nação brasileira, empenhado no seu primeiro ano de governo em recuperar a economia do país e de melhor reposicionar a classificação do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)<sup>2</sup>, segundo apreende-se das suas próprias declarações veiculadas pelos mais diversos meios midiáticos, atrelou economia, previdência e educação a um único pacote de ações político-econômicas e anti-ideológicas<sup>3</sup>. Ele adotou como principais estratégias: a aprovação no congresso nacional do plano de reforma da previdência, como forma de reparar os prejuízos fiscais gerados pelos supostos privilégios existentes no sistema previdenciário brasileiro; e a propagação de discursos de anti-ideologização e de racionalidade econômica do sistema educacional brasileiro, com ataques<sup>4</sup> deliberados às escolas, às universidades públicas, aos seus sujeitos<sup>5</sup> e às disciplinas da área de

---

<sup>1</sup> Esse ano marca o início, no Brasil, da ascensão de uma nova legenda à presidência da república: o Partido Social Liberal (PSL) em substituição às legendas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido dos Trabalhadores (PT), que estiveram à frente do poder executivo federal entre os anos de 1985 e 2018. Ressalta-se que, nesse período (Nova República), a legenda Partido da Reconstrução Nacional (PRN), devido a processo de *impeachment* do mandato do então presidente Fernando Collor de Melo, foi substituída no ano de 1992 pela legenda PMDB.

<sup>2</sup> Um instrumento internacional que avalia o desempenho dos estudantes nas áreas de Ciências, Matemática e Leitura, cujos indicadores revelam uma posição desfavorável ocupada pelo Brasil (BRASIL, 2018).

<sup>3</sup> A defesa de uma anti-ideologia já é em si a implantação de uma nova ideologia: a da não ideologia.

<sup>4</sup> “Ação ou efeito de atacar. Ação de causar dano moral a alguém; ofensa, injúria” ((HOUAISS, 2009).

<sup>5</sup> Entendemos, neste artigo, como aqueles sujeitos históricos e potencialmente revolucionários, os quais constituem-se em “homens (que) fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas

conhecimento das humanidades, como se extrai de uma das suas declarações postadas na rede social *facebook*:

A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta [...]. O Ministro da Educação @abrahamWeinT estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina (@JAIRMESSIAS.BOLSONARO, 2019).

Contrárias a essas declarações, a Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF), representando outras 27 (vinte e sete) associações de pesquisadores de diversas áreas das humanidades, se pronunciou, por meio da seguinte nota pública:

As declarações do ministro e do presidente revelam ignorância sobre os estudos na área, sobre sua relevância, seus custos, seu público e ainda sobre a natureza da universidade. Esta ignorância, relevável no público em geral, é inadmissível em pessoas que ocupam por um tempo determinado funções públicas tão importantes para a formação escolar e universitária, para a pesquisa acadêmica em geral e para o futuro de nosso país (ANPOF, 2019).

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) também declararam:

[...] é tão equivocado e enganoso avaliar as diferentes disciplinas e a reflexão filosófica pela sua aplicabilidade imediata quanto desconhecer a importância histórica das ciências sociais e das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento de diferentes tecnologias voltadas à resolução de graves problemas da sociedade [...]. A reflexão das ciências humanas e sociais, incluída a filosofia, tem sido tão crucial para a formulação e avaliação de políticas públicas como para o desenvolvimento crítico das demais ciências [...]. É inaceitável, portanto, que essas disciplinas sejam consideradas um 'luxo', passível de corte em tempos de crise econômica como a que vivemos atualmente no país ou de 'rebaixamento' por motivação político-ideológica", afirma o comunicado [...] (ABA, 2019).

---

por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas" (MARX; ENGELS, 1982, p. 417).

Entretanto, essa postura<sup>6</sup> do chefe do poder<sup>7</sup> executivo federal do Brasil continuou na mesma linha de ataques à educação e aos seus sujeitos, asseverando-se ao final do ano de 2019 quando da decisão do Ministério da Educação (MEC) em não renovar o contrato com a Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto (ACERP), que gere o canal televisivo TV Escola.

Esse contrato foi iniciado com o governo federal no ano de 1995 e renovado pela última vez em 2015 com validade de cinco anos, logo, se encerraria no mês de dezembro do ano de 2019. Em resposta ao MEC sobre o encerramento do contrato com o canal, a ACERP se posicionou, passiva e oficialmente, por meio de nota à imprensa em seu *site*:

O Ministério da Educação (MEC) decidiu não renovar o contrato de gestão da TV Escola com a ACERP (Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto), o que repercutiu fortemente na mídia e nas redes sociais, gerando inverdades que precisam ser desmentidas. A diretoria atual, eleita em fevereiro de 2019, está alinhada com o governo Bolsonaro e defende os valores do povo brasileiro, inclusive ao buscar levar uma nova programação que atenda as expectativas e os sentimentos da nação brasileira. Apesar do processo de renovação ter aparentemente corrido normalmente, mesmo com silêncio do MEC por alguns meses, houve uma decisão abrupta de não renovação, 18 dias antes do encerramento do contrato. Antes disso, mesmo com o processo em andamento, despejaram a produção da TV que fica no prédio do ministério especialmente para cobrir as atividades do governo. Certamente o ato de não renovar o contrato pegou os integrantes da ACERP de surpresa, porém a maior preocupação da Associação é a possível interrupção repentina das atividades da TV Escola, plataforma voltada não somente a alunos, mas também a professores e gestores, que passaram a ter acesso a uma nova visão de educação; e da TV INES, dedicada à comunidade surda do Brasil, com conteúdo 100% em LIBRAS [...]. No que tange à qualidade, a TV Escola possui uma série de prêmios, inclusive internacionais; uma audiência maior que as TVs do governo e maior do que a do canal Futura; tudo isso, com custo bem menor. Em momento algum do presente exercício do Contrato de Gestão houve qualquer documento do MEC manifestando a insatisfação com a qualidade dos programas. Pelo contrário, a Comissão de Avaliação (composta por membros das secretarias do MEC) aprovou com uma nota 9,85 (a máxima é 10) os diversos indicadores e parâmetros de qualidade previstos e exigidos no Contrato de Gestão [...]. Por fim, a atual equipe da centenária Associação Roquette Pinto reforça publicamente o compromisso com o Presidente Jair Bolsonaro de colocar o “Brasil acima de tudo” e continuar trabalhando permanentemente com o sonho de melhorar a vida das pessoas por meio da aprendizagem (ACERP, 2019).

---

<sup>6</sup> Uma postura política significa para nós, conforme Weber (1921): aspirar à participação no poder ou à influência na divisão do poder seja entre Estados, seja no interior de um Estado entre os grupos humanos que ele envolve.

<sup>7</sup> “O conceito ‘poder’ é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades imagináveis de um ser humano e todas as constelações imagináveis podem colocar alguém na situação de impor sua vontade em uma dada circunstância” (WEBER, 1922, p. 28).

Como motivo da não renovação de contrato com a ACERP/TV Escola, o presidente se justificou, à imprensa, afirmando que a TV Escola se trata de um canal com conteúdo de fins político-ideológicos<sup>8</sup> de esquerda com baixos índices de audiência. Declarou, ainda:

[...] É uma programação totalmente de esquerda, ideologia de gênero. Dinheiro público para ideologia de gênero, então tem que mudar “pô”! O reflexo daqui há cinco, dez anos, quinze vai ter reflexo em cima disso aí. Os “cara tá” lá trinta anos viajando em cima dessa filosofia aí do Paulo Freire da vida, esse energúmeno aí que [...] ídolo da esquerda, ídolo da esquerda. Olha a prova do PISA: Estamos em último lugar do mundo se não me engano da matemática, ciências e português. Acho que um ou dois itens somos o último da América do Sul. Esperar o que desse Brasil com esse tipo de educação? (PORTAL G1, 2019).

Especialistas e intelectuais da área da educação, bem como diversos setores da sociedade, mais uma vez, se indignaram com esse posicionamento discursivo do presidente, visto que, passava agora para uma questão de ofensa<sup>9</sup> às identidades pessoal e social de um dos maiores nomes da educação no mundo, Paulo Freire, o que impacta nas identidades pessoais dos diversos sujeitos que com ele se identificam identitária e socialmente. Ou seja, tratava-se, agora, de uma questão sócio-representativa:

Quero falar da distinção entre dois universos de sentido vinculados à palavra "identidade" nas ciências sociais. O primeiro que Kaufman nos propõe chamar de processo identitário individual é, geralmente, apreendido a partir de produções de linguagem do tipo "biográfico" e diz respeito às diversas maneiras pelas quais indivíduos tentam que dar conta de suas trajetórias (familiares, escolares, profissionais...) por meio de uma "história", no intuito, por exemplo, de justificar sua "posição" em dado momento e, às vezes, antecipar seus possíveis futuros. Na medida em que o que está mesmo em jogo aqui é a (re)construção subjetiva de uma definição de si, eu mesmo propusera chamar este processo, condensado em poucas fórmulas, de "identidade biográfica" ou, ainda, de "identidade para si". O segundo diz respeito ao que Kaufman chama de quadros sociais da identificação, ou, ainda, quadros de socialização e envolve as categorias utilizadas para identificar um indivíduo num dado espaço social (o que eu mesmo chamei de "identidade estrutural" ou "identidade para outrem"), as categorias do discurso do indivíduo definindo-se do ponto de vista de outrem (quer este outrem seja "significativo" e personalizado, quer seja "generalizado" e institucional) inclusive. Na linha de G-H Mead (1993), Kaufman propõe que voltemos ao termo de "papel" para designar este aspecto da identidade. O modo de pensar e tornar operacional esta distinção entre "identidade pessoal" (o que sou/gostaria de ser) e "identificação social" (como sou definido/o que dizem que sou) dá margem a múltiplos desdobramentos e permite caracterizar, de modo bastante grosseiro, não apenas as grandes teorias da socialização na literatura das

---

<sup>8</sup> Conforme Bobbio (1992), a marca que une governos ideológicos, especialmente os nazifascistas a partir do século XIX, é a apropriação ideológica da educação e seus aparatos.

<sup>9</sup> “Palavra que atinge alguém na sua honra, na sua dignidade; injúria, agravo, ultraje, afronta. Ação que causa dano físico; lesão” (HOUAISS, 2009).

ciências sociais (Dubar 1991) como também as concepções correntes, subjacentes aos discursos comuns, que, às vezes, constituem uma espécie de vulgarização das primeiras. Duas orientações se opõem: uma, chamada por alguns de "psicologizante", mas que prefiro chamar de essencialista, fundada no postulado da realidade de um self (ou de um ego, ou de um eu...) como realidade "substancialista", permanente e autônoma construindo sua unidade (Abramowski 1987 etc.); e a outra, inversa, às vezes chamada de "sociologista", embora eu prefira chamá-la de relativista, que reduz o self e, portanto, a identidade biográfica a uma "ilusão", ocultando a pluralidade dos papéis sociais e sua dependência para com a posição ocupada em cada campo social em particular, e no sistema das classes sociais em geral (Bourdieu, 1986) (DUBAR, 1998, p. 1-2).

É importante lembrar que, quando do pronunciamento<sup>10</sup> da ativista socioambiental Greta Thunberg acerca da morte de povos indígenas – momento em que coincidentemente estavam em cena no noticiário brasileiro as questões do aumento das queimadas na Amazônia e o assassinato do jovem indígena maranhense de quinze anos, Erisvan Guajajara, supostamente envolvido com o tráfico de drogas – o Chefe de Estado<sup>11</sup> da nação brasileira, quando questionado por jornalistas sobre o assassinato do indígena, utilizou-se do termo “pirralha” para se referir à sueca Greta Thunberg: “Como é, índio? Qual o nome daquela menina lá? Não, lá de fora, lá. Aquela Tabata, não. Como é? Greta. A Greta já falou que os índios morreram porque estão defendendo a Amazônia. É impressionante a imprensa dar espaço para uma pirralha dessa aí. Uma pirralha<sup>12</sup>” (PORTAL G1, 2019).

Por essa declaração, o presidente parece desconhecer, ou mesmo ignorar, que Greta Thunberg é uma jovem ativista atualmente considerada como uma das maiores representatividades da causa socioambiental no mundo, inclusive foi eleita personalidade do ano de 2019 pela Revista norte-americana *Time* por ter, segundo matéria da Revista: (i) iniciado um movimento internacional mobilizando mais de quatro milhões de pessoas no mês de setembro de 2019 no combate às mudanças climáticas; (ii) discursado na Organização das Nações Unidas (ONU); (iii) lutado contra políticas anti-ambientalistas defendidas por chefes de estado como Donald Trump, o presidente da potência mais

---

<sup>10</sup> Fala de Greta Thunberg: “[...] qualquer morte preocupa. Queremos cumprir a lei. Nós somos contra o desmatamento ilegal, somos contra queimada ilegal, tudo o que for contra a lei, nós somos contra” (PORTAL G1, 2019).

<sup>11</sup> Para Marx: “Através da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil; mas este Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses” (1993, p.98).

<sup>12</sup> “No início da noite, o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, comentou as declarações de Jair Bolsonaro. Negou que ele tenha sido descortês ou inadequado, disse que “pirralha” é uma pessoa de pequena estatura, uma criança” (PORTAL G1, 2019).

poderosa do mundo, os Estados Unidos da América (EUA); (iv) e buscado apoio junto ao pontífice do catolicismo, o Papa Francisco.

Greta Thunberg, ainda, consta na lista das dez pessoas que se destacaram na área de estudos da Ciência em 2019, conforme publicação de uma das cinco revistas científicas mais importantes do mundo, a *Nature*. Nessa publicação, a ativista aparece ao lado de personalidades como o ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE) Ricardo Galvão, que foi recentemente exonerado dessa função após críticas do presidente do país aos dados divulgados pelo Instituto, os quais apontavam alta no desmatamento da Amazônia, segundo se extrai da matéria publicada no portal de notícias G1 (2019): “Bolsonaro disse, em julho, que os números divulgados dias antes – e que registravam um aumento de 88% nos alertas de desmatamento – não coincidiam com a verdade, e que parece até que (o presidente do Inpe) está a serviço de alguma ONG”.

Com condições biológicas para se posicionar, diferentemente do patrono da educação brasileira Paulo Freire que faleceu no ano de 1997, Greta Thunberg se apropriou criticamente do termo “pirralha” acrescentando-o à sua descrição pessoal na rede social *twitter*. Provavelmente, se vivo estivesse, Freire, paradoxalmente, se autodenominaria<sup>13</sup> como um educador que transformou a concepção de educação em todo o mundo, entretanto, energúmeno para um Brasil que em 1964, ditatorialmente, impediu a continuidade da sua pedagogia libertadora, como se pode apreender do que ele mesmo conclui em sua obra intitulada “Educação como prática da liberdade”:

Como se explicar que um homem analfabeto, até poucos dias, escreva palavras com fonemas complexos antes mesmo de estudá-los? É que, tendo dominado o mecanismo das combinações fonêmicas, tentou e conseguiu expressar-se graficamente, como fala (p. 119) [...]. E isto se verificou em todas as experiências que passaram a ser feitas no País, e que se iam estender e aprofundar através do Programa Nacional de Alfabetização do Ministério de Educação e Cultura, que coordenávamos, extinto depois do Golpe Militar. A medida em que falávamos à juventude brasileira, a homens simples do povo, a intelectuais, a especialistas e estendíamos o nosso trabalho, se lançavam contra nós as mais ridículas acusações, a que nunca demos atenção, por conhecer bem suas origens e suas motivações. O que nos amargurava não era outra coisa senão a ameaça dos irracionalismos à nossa destinação democrática, anunciada na transição brasileira (FREIRE, 1967, p. 121).

---

<sup>13</sup> Talvez não pela característica da modéstia dos sábios.

Mais adiante, em sua última obra escrita em vida, Paulo Freire já se posicionava frente aos ataques sofridos, naquele contexto, pelos educadores que tinham como finalidade ética a prática de uma educação empenhada em desvelar a opressão com a permanente libertação do sujeito:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda [...]. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuido do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber [...] Boniteza que se esvai de minha prática se, cheio de mim mesmo, arrogante e desdenhoso dos alunos, não canso de me admirar. Assim como não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos. Esse é um momento apenas de minha atividade pedagógica. Tão importante quanto ele, o ensino dos conteúdos, é o meu testemunho ético ao ensiná-los (FREIRE, 1996, p. 102-103).

A educadora Ana Maria Freire, viúva de Paulo Freire, ao rebater o termo “energúmeno” em defesa do seu esposo, declarou à revista *Época*:

A palavra não se adequa a Paulo. Paulo não é isso. Paulo não é nenhum demônio que veio à Terra. Pelo contrário, Paulo veio à Terra para pacificar o mundo [...]. No fundo, ele (Bolsonaro) pensa que Paulo é um grande homem, como é. Ele destrata dizendo que Paulo é um ser diabólico. Paulo foi um ser da paz. No fundo, ele tem um pouco de inveja também, [queria] ser como Paulo foi, mas não pode, não consegue. Tem de estar o tempo todo de pontaria armada para atingir alguém [...]. Não é "postura de um presidente", ele é um homem "nefasto". Paulo está lá sossegado no lugar dele, está lá no céu. Bolsonaro é um homem sem nenhum pudor, sem nenhum caráter, sem nenhuma autocensura. Tudo o que ele tem na cabeça contra as outras pessoas, ele só tira das ofensas os três filhos, nem os outros dois ele tira. É um homem nefasto, uma coisa absolutamente terrível (REVISTA ÉPOCA, 2019).

É válido lembrar que, em 2017, o Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe (CEAAL), o Instituto Paulo Freire (IPF) e diversos movimentos, organizações e entidades sociais, manifestaram-se pela construção da Campanha Latino-Americana e Caribenha em Defesa do Legado de Paulo Freire, tendo em vista a perseguição ideológica ao pensamento crítico e, em particular, às ideias desse educador, não apenas no Brasil, como também em outros países da América Latina e

do Caribe. No Brasil, essa perseguição resultou num projeto político elaborado pelo poder legislativo apresentado por simpatizantes do movimento Escola sem Partido (ESP)<sup>14</sup> para vetar a renovação do título de Patrono da Educação Brasileira conferido em 2012 a Paulo Freire. Segundo o manifesto:

[...] Qualquer exame da História comprova que o legado de Paulo Freire é motivo de orgulho para a Educação Nacional, para a Pedagogia como campo científico e para o próprio Brasil. Porém, nesse obscuro momento pelo qual passa o país, pessoas que desconhecem por completo a obra e o legado de Paulo Freire se articulam para retirar-lhe o título de Patrono da Educação Brasileira, por meio de medida revogatória no Congresso Nacional. Permitir a tramitação de tal injustiça é ofensivo à Democracia, à Educação, ao povo brasileiro e à própria imagem do Brasil perante a Comunidade Internacional. A sociedade brasileira não pode permitir tamanho acinte. Cassar de Paulo Freire o título de “Patrono da Educação Brasileira”, recebido *in memoriam*, representa impor a ele e à sua obra uma espécie de segundo exílio, tão violento quanto o primeiro (1964-1980), levado a cabo pela Ditadura Civil-Militar (1964- 1985). É preciso que o Brasil encontre um mínimo de pontos de convergência. Nesse sentido, defender o legado de Paulo Freire nada mais é do que reconhecer o trabalho de um homem do povo, criador de um pensamento pedagógico único e radicalmente democrático e, por isso, revolucionário. Respeitar Paulo Freire é resguardar a História daquelas pessoas imprescindíveis que dedicam sua vida, dia após dia, à luta por um mundo livre, fraterno, igualitário, justo, próspero e sustentável. É em nome de uma educação democrática que lutaremos pela manutenção do título que merecidamente lhe foi conferido em 2012. As cidadãs e os cidadãos que assinam este Manifesto, bem como as instituições signatárias, desejam vida longa à obra de Paulo Freire, declarando seu compromisso incansável e incondicional com a defesa do legado do maior educador da História do Brasil, legítimo e irrevogável Patrono da Educação Brasileira. “Se nada ficar dessas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo que seja menos difícil de amar” (Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*) (IPF, 2017).

Não querendo ingressar em caminhos tergiversantes e/ou intencionalmente ideológicos, ou seja, endossar o campo das ofensas que em nada contribui para a efetiva proposta política da construção de uma sociedade nobre<sup>15</sup>, livre, justa e ética, cujo único caminho é a educação, do qual o Estado e seus

---

<sup>14</sup> “O ESP surge como movimento em 2004, liderado por Miguel Narciso Urbano Nagib, procurador do estado de São Paulo. Os defensores do ESP afirmam que o projeto surge da necessidade de defender os estudantes na escola, pois a grande maioria dos professores pregariam uma ideologia considerada danosa dentro de sala de aula [...] O ESP foi inspirado em um movimento que surgiu nos Estados Unidos, denominado *No Indoctrination*, fundado por Luann Wright, “[...] ao perceber um viés crítico nos textos de um certo professor de literatura de seu filho, que orientava a leitura de artigos qualificados por ela como ‘tendenciosos’ sobre o racismo dos brancos contra os negros” (Espinoza; Queiroz, 2017, p. 50)” (SEVERO *et. al.*, 2019, p. 10-11).

<sup>15</sup> Sociedade nobre remete a uma perspectiva de sociedade que se conduz por princípios virtuosos, em que a virtude, para Aristóteles, “é de tal qualidade conforme o bem agir em relação aos prazeres e dores, e que o vício é o contrário” (EN II, 3, 1104b26-7, 1985).

governantes jamais deveriam se desviar, este artigo tem como pergunta central: Porque Greta Thunberg e Paulo Freire incomodam tanto o atual presidente da República Federativa do Brasil?

Nesse sentido, o artigo adota uma metodologia de abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994), valendo-se dos procedimentos pesquisa documental e bibliográfica (GIL, 2011). A pesquisa documental constituiu-se de consultas a leis, à constituição do país, a *sites* de notícias e de associações brasileiras, bem como a páginas eletrônicas de redes sociais, com a finalidade de mapear as últimas declarações do presidente do Brasil sobre meio ambiente e educação no país, as quais motivaram o interesse pelas discussões que aqui apresentamos.

Para a revisão de literatura, recorreremos aos ensinamentos de Brandão (1981), Freire (1967, 1970, 1979, 1989, 1996, 2000 e 2005), Saviani (2008), Soares e Frade *et. al.* (2014) e Street (2012) com vistas a evidenciarmos uma concepção de educação, alfabetização e letramento como indissociáveis da conscientização social. O aporte histórico, político, filosófico e sociológico sustentou-se em Aristóteles (1985), Bobbio (1992), Dubar (1998), Kohan (2004), Lévinas (1947), Marx e Engels (1982), Marx (1993), Morin (2004), Severo *et. al.* (2019) e Weber (1921 e 1922) para compreendermos o processo de formação e representatividade identitária do sujeito e o seu consciente agir sociopolítico. Quanto às contribuições teóricas para a compreensão dos pilares necessários à construção de uma sociedade ambientalmente justa, nos baseamos em Carlos *et. al.* (2005), Cunha e Guerra (2007), Dias (2003), Laschefski *et. al.* (2005), Lima (2002), Loureiro (2002), Nalini (2003), Ramos *et. al.* (2002) e Soffiat (2002). A partir desse referencial pretendemos encontrar as bases teóricas para responder, além da questão central, um questionamento situado num contexto ambiental, econômico e educacional caótico.

Qual o impacto dos discursos de ofensas pessoais a duas das maiores personalidades da causa socioambiental e da educação no mundo proferidos pelo representante máximo de uma nação que vivenciou nos anos de 2015<sup>16</sup> e 2019<sup>17</sup> tragédias socioambientais de imensuráveis proporções, ao

---

<sup>16</sup> Rompimento de barragem de mineração no município de Mariana – MG controlada pela empresa Samarco Mineração S. A., gerando o maior impacto ambiental do mundo com a contaminação do Rio Doce por dejetos industriais.

<sup>17</sup> Rompimento de barragem no município de Brumadinho - MG controlada pela empresa Vale, causando mais de 250 mortes.

mesmo tempo em que passa por uma crise qualitativa nos seus sistemas político, econômico e educacional?

O artigo se estrutura em três seções. A primeira refere-se a esta introdução. Na sequência apresentamos o referencial teórico contextualizado à problemática aqui abordada. E na terceira e última seção concluímos entendendo que os taques discursivos proferidos pelo presidente brasileiro à Greta Thunberg e a Paulo Freire têm uma mesma raiz simbólico-ideológica, ou seja, trata-se de discursos correlacionados que têm como único fim combater uma proposta de educação que possibilite aos sujeitos novos patamares de consciência<sup>18</sup> da realidade na qual estão inseridos, com vistas a manter a passividade social. A pedagogia libertadora de Paulo Freire e a postura aguerrida da ativista socioambiental Greta Thunberg se completam como símbolos que representam justamente a impossibilidade de materialização da finalidade implícita nesses discursos de ofensa.

### **O legado de Paulo Freire para a educação: A criação de um método dialógico de ensino que revolucionou a concepção de educação no mundo**

É fato reconhecido no Brasil e mundialmente que Paulo Freire tem contribuições inegáveis para as teorias da educação. É fato inquestionável também, diferentemente da vinculação equivocada realizada pelo atual presidente do poder executivo do Brasil em seu discurso em análise, que a posição desfavorável do Brasil no PISA, segundo os últimos dados divulgados referentes ao ano de 2018, não têm qualquer relação com as teorias da educação formuladas por Paulo Freire. Um superficial olhar para esses dados já nos assinala que o fator principal para essa posição diz respeito a questões de ordem socioeconômica, visto que, enquanto o Brasil está abaixo dos níveis de desempenho de qualidade recomendados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ocupando em Matemática um dos dez piores desempenhos no mundo, posicionando-se em Leitura atrás de mais de 50 (cinquenta) países e regiões econômicas e em Ciências ficando com uma colocação abaixo de 65 (sessenta e cinco) países participantes, regiões e países desenvolvidos como Pequim-Xangai-Jiangsu-Guangdong, Macau, o território semiautônomo de Hong Kong, Coreia do Sul, Japão, Canadá e países europeus lideram o *ranking* na avaliação mundial para a educação básica dos estudantes

---

<sup>18</sup> Há uma transitividade entre consciências: “É próprio da consciência crítica a sua integração com a realidade, enquanto que da ingênua o próprio é sua superposição à realidade. Poderíamos acrescentar[...], a propósito da consciência, finalmente que para a consciência fanática, cuja patologia da ingenuidade leva ao irracional, o próprio é a acomodação, o ajustamento, a adaptação” (FREIRE, 1967, p. 105).

em Matemática, Leitura e Ciências. Esse desempenho também constatou, além de questões de gênero e localização geográfica dos estabelecimentos de ensino, diferenças socioeconômicas internas no Brasil, em que aqueles estudantes de famílias socioeconomicamente desfavorecidas<sup>19</sup> apresentaram média aquém daqueles de famílias de alta renda. Segundo a OCDE:

No Brasil, o desempenho médio em matemática melhorou entre 2003 e 2018, mas a maior parte dessa melhora aconteceu nos ciclos iniciais [as primeiras edições do Pisa]. Depois de 2009, em matemática, assim como em leitura e em ciências, o desempenho médio para flutuar ao redor de uma tendência de estagnação [...]. O status socioeconômico foi um forte instrumento de previsão do desempenho em matemática e ciência em todos os países que participaram do Pisa. Ele explicou 16% da variação no desempenho em matemática no Pisa 2018 no Brasil (PORTAL G1, 2019).

Outro motivo pelo qual o discurso do presidente brasileiro não se sustenta deve-se ao fato de que a aplicabilidade das teorias da educação de Paulo Freire foi interrompida no Brasil desde o regime político ditatorial iniciado no país a partir do Golpe Militar de 1964, cujo governo era contrário a qualquer forma de liberdade social, especialmente à criticidade do pensamento. Esse regime, para Saviani (2008), por meios estratégicos implementava

Suas ações ideológica, social e político-militar por meio de guerra psicológica, fazendo uso dos meios de comunicação de massa como o rádio, a televisão, cartuns e filmes, em articulação com órgãos da imprensa, entidades sindicais dos industriais e entidades de representação feminina, agindo no meio estudantil, entre os trabalhadores da indústria, junto aos camponeses, nos partidos e no Congresso, visando a desagregar, em todos esses domínios, as organizações que assumiam a defesa dos interesses populares. A articulação entre os empresários e os militares conduziu ao golpe civil-militar desencadeado em 31 de março e consumado em 1º de abril de 1964. Saíram vitoriosas, portanto, as forças socioeconômicas dominantes, o que implicou a adequação da ideologia política ao modelo econômico. Em consequência, o nacionalismo desenvolvimentista foi substituído pela doutrina da interdependência. Consumou-se, desse modo, uma ruptura política, considerada necessária para preservar a ordem socioeconômica, pois se temia que a persistência dos grupos que então controlavam o poder político formal viesse a provocar uma ruptura no plano socioeconômico. Portanto, se a “Revolução de 1964” foi realizada para assegurar a continuidade da ordem socioeconômica, é inegável seu significado de “mudança política radical”, atestada até mesmo pelo simples fato da permanência dos militares no poder por 21 anos, caso inédito na história política brasileira. Controlando com mão de ferro, pelo exercício do poder político, o conjunto da sociedade brasileira ao longo de duas décadas, deixou um oneroso legado cujos efeitos continuam afetando a situação social do país nos dias de hoje. Faz sentido,

---

<sup>19</sup> Há um *cursus* sócio, econômico e cultural determinante que, segundo Bourdieu (2010, p.52), se traduz num *cursus* escolar que “[...] Em síntese, as cartas são jogadas muito cedo”.

pois, retomar a política educacional e as realizações da ditadura militar no Brasil, pondo em destaque aspectos que se fazem presentes, ainda hoje, na educação brasileira (p. 293-294).

Ao pensarmos como Paulo Freire, segundo o qual “Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p.67), passamos a entender que, de fato, a sociedade só muda a partir da educação. Nesse sentido, o Brasil, além de encontrar um exemplo para superar a sua atual posição no PISA nas supracitadas regiões econômicas e nos mencionados países que lideraram o *ranking* de desempenho dos seus estudantes em Matemática, Leitura e Ciências, os quais investiram maciçamente na redução das desigualdades socioeconômicas, na qualidade do ensino (alguns se apropriaram do Método Paulo Freire de ensino) e na carreira docente, tem nos ensinamentos de Paulo Freire, “prata da casa”, as chaves necessárias para um processo de alfabetização efetivamente de qualidade capaz de transformar a sociedade, que deve ser o objetivo de um modelo de educação que se caracteriza como essencialmente democrática. A esse respeito, Freire (1996) nos ensinou que:

O educador democrático não pode se opor ao dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível (p. 26).

Por isso, nos parece que não é demasiado nesse momento ideológico-anacrônico da cena social, política, econômica e educacional brasileira reafirmarmos que o ineditismo de Paulo Freire reside na criação de um método de alfabetização de adultos moradores do município de Angicos (RN), interior do nordeste brasileiro, que aprenderam a ler em quarenta e cinco dias a partir de uma metodologia criada com base numa pedagogia da liberdade, da conscientização, do oprimido e da autonomia descrita especialmente nas obras: Educação como Prática da Liberdade (1967), Pedagogia do Oprimido (1970) e Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa (1996). De acordo com Brandão (1981), o Método Paulo Freire tem como pressuposto que:

Ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário — um ato de amor, dá para pensar sem susto —, não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e, se não pode ser nunca

feita por um sujeito isolado, não pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum. “Não há educadores puros”, pensou Paulo Freire. “Nem educandos”. De um lado e do outro do trabalho em que se ensina-e-aprende, há sempre educadores-educandos e educandos educadores. De lado a lado se ensina. De lado a lado se aprende” (BRANDÃO, 1981, p.10-11).

O Método Paulo Freire de ensino é valorizado e experimentado mundialmente, tanto por sua eficácia comprovada no letramento<sup>20</sup> em si, quanto por defender que a “leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989, p. 7), ou seja, segundo Freire, para o sujeito aprender a ler as palavras ele precisa também aprender a ler o mundo.

Isto porque a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. Adernais, a aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação e educação é um ato fundamentalmente político. Paulo Freire reafirma a necessidade de que educadores e educandos se posicionem criticamente ao vivenciarem a educação, superando as posturas ingênuas ou “astutas”, negando de vez a pretensa neutralidade da educação (FREIRE, 1989, p. 7).

Para citar uma das evidências do reconhecimento internacional do Método Paulo Freire de ensino, destacamos a premiação de melhor escola de Ensino Médio dos EUA à *Revere High School* em 2014, escola localizada em Massachusetts que adota o método freireano de ensino, segundo noticiou o portal do jornal O Globo. Essa escola inseriu, no processo de ensino e de aprendizagem dos seus estudantes, as cinco fases desse Método Dialógico que são assim explicadas por Freire (1967):

1. Levantamento do universo vocabular dos grupos com quem se trabalhará [...].
2. A segunda fase é constituída pela escolha das palavras, selecionadas do universo vocabular pesquisado [...].
3. A terceira fase consiste na criação de situações existenciais típicas do grupo com quem se vai trabalhar [...].
4. A quarta fase consiste na elaboração de fichas-roteiro, que auxiliem os coordenadores de debate no seu trabalho. Estas fichas-roteiro devem ser meros subsídios para os coordenadores, jamais uma prescrição rígida a que devam obedecer e seguir.
5. A quinta fase é a feitura de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores. A grande dificuldade que se nos põe e que exige um alto senso de responsabilidade está na preparação dos quadros de coordenadores. Não porque haja dificuldades no aprendizado puramente técnico de seu procedimento. A

---

<sup>20</sup> Uma prática social situada, ou seja, relacionado à dinâmica contextual, à ideia do poder e da ideologia, à identidade, às interações intersubjetivas e ao agenciamento dos grupos (STREET, 2012) e, portanto, não mais como um treinamento generalista de habilidades técnicas ou, conforme Soares e Frade *et. al.* (2014), não mais como uma mera *alfabetização* no sentido restrito do domínio do sistema alfabético-ortográfico e da mecânica aprendizagem do ler e do escrever.

dificuldade está na criação mesma de uma nova atitude — e ao mesmo tempo tão velha — a do diálogo, que, no entanto, nos faltou no tipo de formação que tivemos e que analisamos no segundo capítulo deste estudo. Atitude dialogal à qual os coordenadores devem converter-se para que façam realmente educação e não “domesticação” [...] (p. 111-113).

Ao propor essa metodologia de ensino, Paulo Freire não apenas nos ensinou uma maneira situada de se aprender a ler e a escrever, como também denunciou a marginalização de um povo negado ao direito de participação social numa sociedade grafocêntrica que privilegia a leitura e a escrita como condição obrigatória para o exercício da capacidade cidadã do sujeito, mas que, ao mesmo tempo, exclui sujeitos de uma grande parcela social desse direito, como estratégia de mantê-los na condição de pacientes em relação à realidade na qual estão inseridos.

Essa metodologia influenciou estudiosos da área da educação no Brasil e no mundo, especialmente, do campo dos estudos da alfabetização e do letramento, dentre os quais destacamos: a psicóloga e pedagoga Emília Ferreiro, referência mundial nesse campo, pesquisadores do Centro de alfabetização, leitura e escrita da Universidade Federal de Minas Gerais (CEALE/UFMG), com destaque para Magda Soares e Isabel Frade, bem como representantes dos novos estudos sobre letramento como Brian Street e Guther Kress. Esses estudiosos influenciados por uma perspectiva interacionista e sócio-discursiva da linguagem e, sobretudo, ancorados nas contribuições pedagógicas de Paulo Freire, construíram suas identidades de educadores e pesquisadores e disseminaram os novos estudos teóricos nesse campo a partir de uma identificação social, filosófica e pedagógica com Paulo Freire.

Esses teóricos que, como Paulo Freire, dedicaram e dedicam a vida à educação não devem, em hipótese alguma, ser identificados socialmente como energúmenos, palavra que, segundo o dicionário da língua portuguesa *Houaiss* (2009), significa “pessoa que age com violência, de forma irracional, brutal; desequilibrado, desatinado; indivíduo ignorante, boçal, imbecil”.

Portanto, há um impacto sócio-representativo em termos de identidades pessoal e social quando o representante político máximo de uma nação como a brasileira declara ao mundo que o educador Paulo Freire é um energúmeno, no qual a possibilidade de uma educação efetivamente libertadora e transformadora da sociedade está subjetivamente corporificada. Isso atinge, sem dúvida,

todas aquelas pessoas que se inspiram e compartilham das ideias por ele postuladas em suas teorias da educação.

### **A importância de Greta Thunberg para a causa socioambiental no mundo: o estímulo à efetiva participação social**

Com o dever de garantir o direito de justiça social, o Estado enquanto instância com poder legítimo para fazer valer esse direito deve ter como missão política encontrar soluções para os problemas que afligem a sociedade, dentre eles, a problemática socioambiental, como se destaca do texto constitucional brasileiro: “Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas [...]” (BRASIL, 1988).

Ainda em conformidade com a Constituição Federal do Brasil de 1988, especialmente os artigos 205 e 225, cumpre ao Estado a definição de políticas públicas em todos os níveis de ensino do sistema brasileiro de educação, com vistas a estimular o engajamento da sociedade com a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Atento a essa determinação constitucional, em 27 de abril de 1999, o Estado brasileiro promulgou a Lei Federal nº. 9.795, que dispõe sobre Educação Ambiental no Brasil e institui a Política Nacional de Educação Ambiental:

Art. 6º É instituída a Política Nacional de Educação Ambiental. Art. 7º A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental. Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas: I - capacitação de recursos humanos; II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; III - produção e divulgação de material educativo; IV - acompanhamento e avaliação (BRASIL, 1999).

Um aspecto relevante dessa Lei diz respeito justamente à participação social, tanto individual quanto coletiva, empresarial e de gestão pública nos assuntos relacionados à questão da educação ambiental no país, como se transcreve:

Art. 4o São princípios básicos da educação ambiental: I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo [...]. Art. 5o São objetivos fundamentais da educação ambiental: [...] IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania [...] Art. 8o As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas: [...] III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental [...] Art. 13. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente [...]. II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal; III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais [...] Art. 15. São atribuições do órgão gestor: [...] III - participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental (BRASIL, 1999).

Diante dessa fixação normativa de que todos, independentemente da idade e dos níveis de escolaridade (alfabetizados ou não) e ensino (Educação Básica e Educação Superior), devem ser estimulados ao engajamento ambiental, causa-nos estranheza o termo “pirralha” com o qual o presidente do Brasil se referiu à jovem ativista socioambiental Greta Thunberg num tom semântico de que as questões ambientais são restritas a sujeitos adultos.

Em consulta ao dicionário da língua portuguesa *Houaiss* (2009), encontramos a seguinte definição para o termo pirralha: “criança ou jovem, geralmente pequeno, indivíduo de pequena estatura”. Para além da etimologia, é importante observar que, semanticamente, o termo é usualmente utilizado com sentido conotativo para desvalorizar a autoridade do sujeito que profere um discurso que outro, num patamar adultocêntrico e/ou na condição de detentor da verdade, discorda.

Essa desvalorização do potencial social do sujeito criança, segundo o filósofo Walter Kohan (2004), está atrelada a uma visão adultocêntrica herdada da tradição filosófico-educacional ocidental que reduz esse sujeito a uma etapa menos importante da vida (a infância), porém, necessária para a constituição do adulto futuro, ao qual é dado todo o protagonismo referente à capacidade de materializar sonhos e utopias capazes de transformarem a sociedade.

O filósofo, contrário a essa visão, nos propõe que ampliemos os horizontes da temporalidade, ou seja, que entendamos a infância para além de uma perspectiva meramente cronológica, valorizando, para tanto, um outro tipo de temporalidade, a *aiônica*, em que a infância passa a ser compreendida

[...] Como acontecimento, como ruptura da história, como revolução, como resistência e como criação. É a infância que interrompe a história [...]. É a infância como intensidade, um situar-se intensivo no mundo; um sair sempre do 'seu' lugar e se situar em outros lugares, desconhecidos, inusitados, inesperados (KOHAN, 2004, p. 63).

Outra interpretação possível, mas que não anula a primeira, acerca do discurso do presidente brasileiro em relação à sueca ativista socioambiental Greta Thunberg, talvez se deva ao fato de que a democratização da questão ambiental no Brasil seja recente, o que justificaria a estranheza do governante com o fato de uma jovem estar tão envolvida com a causa socioambiental. Essa democratização foi legitimada há pouco mais de três décadas com a promulgação da Constituição Federal de 1988. De acordo com Nalini (2003, p. 290) “o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado passou a ser, a partir de 1988, um direito fundamental de todos os brasileiros e de todas as pessoas que estiverem no Brasil. Por ser direito fundamental, é um direito indisponível, do qual não se pode abrir mão”.

Contudo, por mais que a democratização da causa socioambiental seja relativamente recente, não se justifica que o direito a essa participação esteja restrito ao ser adulto e/ou pior, conforme criticam Cunha e Guerra (2007), a etapas menos importantes das políticas e estratégias de gestão ambiental. Nesse sentido, Carlos *et. al.* (2005), advertem que

[...] Se o ambiental é a síntese, ainda que contraditória entre o natural e o humano, o embate se estabelece, essencialmente, entre o social e o político, já que somos uma sociedade de classes, cujos interesses econômicos de diversos matizes são mais ou menos contemplados, segundo relações de poder que se constituem historicamente e se expressam por meio de alianças e conflitos, que se dão, diferentemente, no tempo e no espaço. Assim, a questão ambiental, nas cidades é uma das expressões mais completas desse jogo de alianças e conflitos, porque revelam, contraditoriamente, em espaços marcados pela proximidade e pela densidade, as diferenças socioespaciais que estão na base dessa estrutura social (p. 358).

A partir dessa democratização, tornou-se notória a intensificação de novos protagonistas sociais que, mesmo sem deterem o poder de Estado, se organizam como sociedade civil, sobretudo, na forma de Organizações Não Governamentais (ONGs), na busca de transformarem em atos

concretos seus protestos e ideais socioambientais. Mas, essa cultura cidadã de participação social não pode suprir, conforme Loureiro (2002, p. 79) o “aparato estatal como instância normatizadora da vida nacional e a negação dos problemas estruturais que permeiam a prática dos coletivos militantes”.

A respeito desses novos protagonistas sociais, o atual presidente do Brasil, ao ser questionado por jornalistas acerca do aumento dos incêndios no ano de 2019 na Amazônia, supôs o envolvimento de ONGs declarando:

O crime existe, e isso aí nós temos que fazer o possível para que esse crime não aumente, mas nós tiramos dinheiros de ONGs. Dos repasses de fora, 40% ia para ONGs. Não tem mais. Acabamos também com o repasse de dinheiro público. De forma que esse pessoal está sentindo a falta do dinheiro [...]. Então, pode estar havendo, sim, pode, não estou afirmando, ação criminosa desses 'ongueiros' para chamar a atenção contra a minha pessoa, contra o governo do Brasil. Essa é a guerra que nós enfrentamos [...]. O fogo foi tocado, pareceu, em lugares estratégicos. (Tem) imagens da Amazônia toda. Como é que pode? Nem vocês teriam condições de todos os locais estar tocando fogo para filmar e mandar para fora. Pelo que tudo indica, foi para lá o pessoal para filmar e tocaram fogo. Esse que é o meu sentimento [...]. Cara, vocês têm que entender uma coisa que isso não está escrito, não está escrito. Não têm um plano para isso aí. Isso é conversa, pessoal faz, toma decisão e ponto final. Você pode ver, pega o que se manda verbas bilionárias, 40% para ONG, essa ONG vai para mão dessas pessoas para ficar rodando a Amazônia e ficar fazendo campanha contra nós o tempo todo. Perderam a boquinha também [...]. (O governo) não está insensível para as queimadas e avalia medidas a serem adotadas com os ministérios da Defesa e do Meio Ambiente. ONGs representam interesses de fora do Brasil [...]. Não estou afirmando (que ONGs são as responsáveis pelas queimadas). Temos que combater o crime, depois vamos ver quem é o possível responsável pelo crime. Mas, no meu entender, há interesse dessas ONGs, que representam interesses de fora do Brasil [...]. A questão da queimada na Amazônia, que no meu entender pode ter sido potencializada por ONGs, porque eles perderam grana, qual é a intenção? Trazer problemas para o Brasil (PORTAL G1, 2019).

Em alinhamento à declaração do presidente a respeito do suposto envolvimento criminoso das ONGs com as queimadas na Amazônia, o ministro do meio ambiente publicou em sua rede social *Twitter*: “Tempo seco, vento e calor fizeram com que os incêndios aumentassem muito em todo o País. Os brigadistas do ICMBIO e IBAMA, equipamentos e aeronaves estão integralmente à disposição dos Estados e já em uso” (PORTAL G1, 2019). Essa publicação foi posteriormente replicada na rede social do presidente.

A Associação Brasileira de ONGs (ABONG), em oposição às declarações do presidente do Brasil, se pronunciou em seu *site* institucional por meio de nota escrita, ilustrada e ironicamente intitulada de “Bolsonaro não precisa das ONGs para queimar a imagem do Brasil no mundo inteiro”:

Os focos de incêndio em todo Brasil aumentaram 82% desde o início deste ano, para um total de 71.497 registros feitos pelo INPE, dos quais 54% ocorreram na Amazônia. Diante da escandalosa situação, Bolsonaro disse que o seu “sentimento” é de que “ONGs estão por trás” do alastramento do fogo para “enviar mensagens ao exterior”. O aumento das queimadas não é um fato isolado. No seu curto período de governo, também cresceram o desmatamento, a invasão de parques e terras indígenas, a exploração ilegal e predatória de recursos naturais e o assassinato de lideranças de comunidades tradicionais, indígenas e ambientalistas. Ao mesmo tempo, Bolsonaro desmontou e desmoralizou a fiscalização ambiental, deu inúmeras declarações de incentivo à ocupação predatória da Amazônia e de criminalização dos que defendem a sua conservação. O aumento do desmatamento e das queimadas representa, também, o aumento das emissões brasileiras de gases do efeito estufa, distanciando o país do cumprimento das metas assumidas no Acordo de Paris. Enquanto o governo justifica a flexibilização das políticas ambientais como necessárias para a melhoria da economia, a realidade é que enquanto as emissões explodem, o aumento do PIB se aproxima do zero. O Presidente deve agir com responsabilidade e provar o que diz, ao invés de fazer ilações irresponsáveis e inconsequentes, repetindo a tentativa de criminalizar as organizações, manipulando a opinião pública contra o trabalho realizado pela sociedade civil. Bolsonaro não precisa das ONGs para queimar a imagem do Brasil no mundo inteiro (ABONG, 2019).

Em meio a esses embates, o meio ambiente no Brasil continua extremamente vulnerável dada a superexploração socioambiental em que, de acordo com as palavras de Laschefski *et. al.* (2005, p. 252), “as relações com a natureza estão se tornando cada vez mais alienadas [...] (cuja) tendência é a [...] eterna expansão do consumo dos recursos naturais e do espaço”, tendo em vista os princípios políticos, históricos, econômicos, culturais, ambientais, tecnológicos e éticos de dominação ideológica e de acumulação prevaletentes, cujo “uso da máquina administrativa (do Estado) vem servindo como instrumento de controle do eleitorado mediante a prática de políticas clientelistas e de apadrinhamento” (RAMOS *et. al.*, 2002, p.116).

Como estratégia para superar essas práticas políticas, a Educação Ambiental (EA) e, em sentido amplo, a Educação visto que quem nomeia é a palavra Educação, apresenta-se como uma importante ferramenta de democratização para o exercício da plena cidadania: “[...] O modo mais adequado para promover uma educação mais ajustada à realidade, às necessidades, aos problemas e aspirações dos indivíduos e das sociedades do mundo atual” (DIAS, 2003, p. 122).

O exercício da cidadania está, assim, estritamente relacionado com o despertar para a consciência socioambiental. Despertar que reconhece a causa socioambiental como coletiva e pública, tendo “[...] a participação (como) o solo que a sustenta, enraíza, alimenta e reproduz” (LIMA, 2002, p. 136). Todavia, Cunha e Guerra (2007, p. 66) advertem que “[...] a participação nem sempre é pensada em todos os seus níveis e muitas vezes envolve apenas as etapas de implementação de projetos, deixando os processos de formulação das políticas e das estratégias de gestão ambiental centralizados nas instituições públicas”.

Nesse sentido, estamos falando de um tipo de educação alinhada com uma perspectiva educativa de que a “superação da inexperiência democrática (perpassa) por uma nova experiência: a da participação [...]” (FREIRE, 1967, p. 83). Essa superação necessita de uma educação que não admita o escândalo de um povo marginalizado e imerso na passividade, como questiona e sintetiza Pierre Furter (1967), na apresentação da obra *Educação como prática da liberdade*:

Paulo Freire, em nome de uma educação orientada para a autenticidade, propõe condições e métodos para que ninguém seja mais excluído ou posto à margem da vida nacional. O que deve ser superado é o discurso vazio e o verbalismo vazio sobre a educação. O que deve ser instaurada é a pedagogia que começa pelo diálogo, pela comunicação, por uma nova relação humana que possibilite ao próprio povo a elaboração de uma ciência crítica do mundo em que vive.

Assim, no ativismo ambiental exemplificado pela atitude social da jovem Greta Thunberg, encontramos a efetivação de um tipo de EA comprometida com a emancipação ideológica da sociedade, logo, com a mudança de atitudes em relação à apropriação do meio ambiente, já que as ações dessa jovem socioambientalista nos instigam à formação de uma “consciência capaz de enfrentar as complexidades [...]” (MORIN, 2004, p. 77 e 126). Consciência esta que, de acordo com Morin (2004, p. 126), “é a qualidade humana última e, sem dúvida, a mais preciosa, pois o que é último é, ao mesmo tempo, o que há de melhor e de mais frágil. E, de fato, a consciência é extremamente frágil e, em sua fragilidade, pode enganar-se muitas vezes”.

Essa tomada de consciência da apropriação do meio ambiente é condição para a consciência humana de si mesmo, uma vez que, determinar o mundo, segundo Lévinas (1947, p. 120), significa o nascimento de uma consciência representativa. Para esse filósofo: “É a partir do repouso, da posição, da relação única com o lugar, que surge a consciência”.

Compreender as formas de apropriação do meio ambiente é, então, repensar-se como sujeito, é perceber nas formas concretas que saltam aos olhos, os seus ideais, as suas práticas, a sua cultura e os seus valores. Enfim, é reconhecer-se para entender que o meio ambiente é um produto sociocultural.

Semelhante ao pensamento de Lévinas (1947), Freire (1979) entende que

A conscientização é [...] um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se des-vela a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em estar frente à realidade assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (p. 15).

A constituição desse sujeito consciente é de essencial importância para a eficácia de uma política pública de Educação Ambiental que vise a construção de uma cidade sócio e ambientalmente mais justa. Certamente, enquanto as pessoas não se reconhecerem como sujeitos do seu lugar, bem como não buscarem perceber as contradições decorrentes da produção desse lugar, e isso demanda que elas tenham laços de identidade com o espaço que habitam, continuarão colocando-se sempre na posição de alheias à apropriação consciente e justa do meio ambiente. Com isso:

O meio ambiente, no Brasil, apresenta-se extremamente vulnerável. A educação, em seu sentido mais amplo, enfrenta acentuados problemas de qualidade e não alcançou patamares de democratização. Se a cidadania, em sua expressão clássica, ainda engatinha, a ecocidadania, por seu turno, continua revestida de um caráter utópico e distante (SOFFIAT, 2002, p. 23-24).

Os governantes brasileiros precisam, ainda, reconhecer que planejamento, participação popular e gestão administrativa são inseparáveis quando se trata de políticas públicas socioambientais. Conforme a Lei Federal nº. 9.795/1999, o diálogo e a participação coletiva são condições para a Política Nacional de Educação Ambiental. Precisam também entender que não existe prática sem teoria que a sustente e com relação a isso, o Brasil conta com inúmeras leis voltadas para a proteção, o controle e a conservação do seu meio ambiente, devendo as esferas públicas, juntamente com a sociedade, no mínimo, cumprir o que nelas está fixado, pois segundo enfatiza Nalini (2003)

No Estado de Direito, administrar é cumprir a lei. Essa a função do Executivo. E a Política Nacional do Meio Ambiente obriga o administrador a atuar na manutenção do equilíbrio ecológico. Isso significa mais do que cumprir a rotina da administração. Mas a tutela administrativa do meio ambiente significa uma peculiar maneira de exercício de uma gestão ambiental qualificada (p. 297).

Também, de acordo com Nalini (2003), a tutela de proteção ao meio ambiente se dá nos âmbitos administrativo, civil e penal, e especificamente no âmbito civil,

A população precisa agir junto às municipalidades, órgãos locais, aos governos estaduais e suas entidades e também diretamente junto à União para exigir que essa tutela administrativa – ampla, abrangente e sem necessidade de provocação – venha a ser exercida em benefício de toda a coletividade e com vista às gerações do provir (p. 298).

O ativismo socioambiental da sueca Greta Thunberg é exemplo dessa efetiva participação social na causa ambiental e, resguardadas as devidas especificidades, vemos em Thunberg a materialização do modelo de educação pensado e praticado por Freire, que tem como princípio o diálogo e a participação, em que:

Existir ultrapassa viver porque é mais do que estar no mundo. É estar nele e com ele. E é essa capacidade ou possibilidade de ligação comunicativa do existente com o mundo objetivo, contida na própria etimologia da palavra, que incorpora ao existir o sentido de criticidade que não há no simples viver. Transcender, discernir, dialogar (comunicar e participar) são exclusividades do existir. O existir é individual, contudo só se realiza em relação com outros existires. Em comunicação com eles (FREIRE, 1967, p. 40).

Em Greta Thunberg nos deparamos com a corporificação da práxis pedagógica que, conforme Freire (1967, p. 53) “se constitui a razão nova da consciência oprimida e que a revolução, que inaugura o momento histórico desta razão, não pode encontrar viabilidade fora dos níveis de consciência oprimida”. Entretanto, essa nova consciência só é possível a partir de uma

Educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. [...] O antagonismo entre as duas concepções, uma, a “bancária” (grifos do autor), que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí. Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educando, a segunda realiza a superação (FREIRE, 2005, p. 78).

Talvez seja essa nítida correlação entre as teorias da educação de Paulo Freire e o ativismo socioambiental de Greta Thunberg que incomoda tanto o presidente da República Federativa do Brasil, visto que elas provocam o exercício do pensamento pelo sujeito, levando-o a se reconhecer enquanto grupo com potencialidade para mudar uma realidade, instigando-o a tomar consciência das dimensões sociais, históricas, políticas, econômicas, éticas, culturais, tecnológicas e ambientais, que integram um

sistema que se mantém da subjugação do poder da ação social, que se perpetua à medida que não permite à sociedade reconhecer os seus direitos e deveres para praticar a plena cidadania capaz de emancipá-la dos estereótipos e padrões ideológicos de dominação, os quais são materializados nos estilos de vida impressos sócio e culturalmente na apropriação desigual e degradante do meio ambiente. Em Thunberg a pedagogia libertadora de Freire pulsa, mostra que ainda está viva e, por isso, incomoda.

### **Considerações finais**

A representatividade que, de acordo com Dubar (1998), se materializa na identificação e/ou identidade social, apresenta-se como fator importante para a construção da identidade pessoal pelo sujeito.

Assim, ao nos identificarmos socialmente com uma concepção de educação transformadora, dialógica, libertadora e que se dá de forma indissociável à conscientização social, nos remetemos imediatamente à pessoa do educador Paulo Freire, visto que o legado cultural desse sujeito se confunde com a sua própria existência humana. Com isso, pessoas que se inspiram e compartilham dessa perspectiva de educação freireana têm a formação de suas identidades pessoais socialmente impactadas pela identificação com Paulo Freire, pelo que, atacar as identidades pessoal e social deste significa atacar identidades de outrem, bem como, significa impedir aqueles que ainda possuem uma identidade educacional inconclusa a construa de maneira autônoma.

Da mesma forma, reduzir a capacidade cidadã de um sujeito que, como Greta Thunberg, influencia um coletivo que com ela se identifica sócio e identitariamente, significa desacreditar na potencialidade da juventude em atuar ativamente na sociedade da qual faz parte e que, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil: “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Como se depreende explicitamente do texto constitucional, o envolvimento com a causa socioambiental não exclui a criança, o jovem, o adulto ou o idoso, visto que meio ambiente é uma causa coletiva, de todos. Entretanto, visões adultocêntricas, como adverte Kohan (2004), se sustentam silenciando a infância e a juventude.

Ao valer-se das prerrogativas formais fixadas no artigo 86 da Constituição Federal de 1988, o atual chefe do poder executivo do Brasil tem se envolvido recorrentemente com polêmicas relacionadas a ataques a pessoas e instituições que com ele discordam ideologicamente. Este artigo tratou dos dois últimos casos que envolveram ataques a personalidades de representação mundial de dois dos mais importantes pilares de qualquer sociedade: Meio ambiente (Greta Thunberg) e Educação (Paulo Freire).

A respeito da primeira, como introdutoriamente apresentado, estamos falando de uma jovem de dezesseis anos de idade totalmente engajada com a causa socioambiental no mundo, que tem influenciado milhões de pessoas, enfrentado chefes de Estado de nações poderosas, buscado apoio de pontífices religiosos com o único fim de contribuir para a construção de um mundo sócio e ambientalmente mais justo e que tem sido reconhecida como personalidade do ano por revistas científicas de renome mundial.

Com relação a Paulo Freire, estamos nos referindo a ninguém menos que o patrono da educação brasileira, um patrimônio humano e um dos grandes nomes do Brasil no mundo na área da educação, escritor da terceira obra (Pedagogia do Oprimido) mais citada em estudos de ciências humanas no mundo, segundo a Escola de Economia e Ciência Política de Londres, criador da Pedagogia Crítica, uma das principais conquistas da educação no século XX, que prioriza a experiência social e humana do sujeito no processo de ensino e de aprendizagem e que foi interrompida no Brasil desde o Golpe Militar de 1964 por possibilitar

A criticidade (que) para nós implica na apropriação crescente pelo homem de sua posição no contexto. Implica na sua inserção, na sua integração, na representação objetiva da realidade. Daí a conscientização ser o desenvolvimento da tomada de consciência. Não será, por isso mesmo, algo apenas resultante das modificações econômicas, por grandes e importantes que sejam. A criticidade, como a entendemos, há de resultar de trabalho pedagógico crítico, apoiado em condições históricas propícias (FREIRE, 1967, p. 60).

O atual presidente do Brasil ao afirmar que a filosofia de Paulo Freire propagou e propaga ideologias de esquerda, demonstra um total desconhecimento não apenas sobre Paulo Freire, como da própria história da educação no país, visto que a tentativa de aplicabilidade do Método Paulo Freire de ensino deixou de ser meta do sistema brasileiro de educação desde o início do regime político ditatorial, sendo que nenhum dos governos posteriores acertaram o caminho para uma política educacional

efetivamente dialógica no Brasil. Nesse sentido, é muito mais fácil achar um grande nome para culpar o fracasso do desempenho do Brasil no PISA, por exemplo, do que reconhecer que os governos brasileiros, diferentemente dos governos de alguns outros países com êxitos nos indicadores educacionais, optaram pela acriticidade e passividade da sociedade como forma de garantia do *status quo*. Para tanto, ignoraram a importância da pedagogia de Paulo Freire para a educação brasileira. Não seria esse o real motivo que explicaria a atual posição do Brasil no PISA?

Indubitavelmente, tentar responsabilizar Paulo Freire pelo ruim desempenho do Brasil no PISA e pela não renovação do contrato com uma TV educativa, atacando-o de forma desrespeitosa e contundente é, no mínimo, inaceitável. Discordar em termos de visão educacional até seria admissível, mas desqualificar a pessoa de um dos maiores nomes do país é um ultraje à educação e aos seus sujeitos. Essa postura do presidente do Brasil revela-se irracional e primitiva ao adotar como caminho mais fácil a culpabilidade de alguém que foi responsável por criar um método de ensino inovador que o mundo todo valoriza.

O atual governo brasileiro, com a bandeira da anti-ideologia vem, na prática, meramente substituindo uma ideologia por outra, entretanto, por uma ideologia mais cega e desinformada. Mais do que atacar alguém que deixou um legado educacional mundialmente reconhecido e que já não tem mais vida para se pronunciar, deveria o governo estar materializando estratégias que realmente qualificariam a educação no país, ou seja, deveria centrar-se no que realmente importa e necessita a educação brasileira.

Enquanto o presidente da República Federativa do Brasil tergiversa envolvendo-se em polêmicas discursivas de cunho político-partidário e ideológico substitutivo, em nada se avança nas pautas sobre educação e meio ambiente no Brasil. Pelo contrário, caracterizar como energúmeno umas das maiores personalidades na área da educação, é uma ofensa à educação no mundo. Assim como, referir-se a uma jovem ativista socioambiental reconhecidamente eleita como uma das dez personalidades com destaque no mundo em 2019, é um desmerecimento à importância da participação social, especialmente da juventude, na causa socioambiental mundial.

A apropriação político-partidária de nomes mundialmente importantes como o de Paulo Freire e Greta Thunberg tem como finalidade transformar a raiz da controvérsia. Trata-se, em síntese, de uma estratégia de governo intencionada em impedir a criticidade e o protagonismo social, em desviar

o foco dos brasileiros sobre a inexistência de estratégias de governo efetivas para as políticas nacionais de educação e meio ambiente no Brasil.

Pelo exposto, entendemos que a efetiva construção de uma sociedade justa, livre, nobre e ética perpassa por sujeitos como Greta Thunberg e Paulo Freire.

### Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). **Nota à Imprensa Ciências Sociais Articuladas**, 2019. Disponível em: [http://www.aba.abant.org.br/files/20190426\\_5cc36aaa4c6b9.pdf](http://www.aba.abant.org.br/files/20190426_5cc36aaa4c6b9.pdf). Acesso em: 04 jun. 2019.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ABONG). **Bolsonaro não precisa das ONGs para queimar a imagem do Brasil no mundo inteiro**, 2019. Disponível em: <https://abong.org.br/2019/08/21/bolsonaro-nao-precisa-das-ongs-para-queimar-a-imagem-do-brasil-no-mundo-inteiro/>. Acesso em: 22 ago. 2019.

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO EDUCATIVA ROQUETE PINTO (ACERP). **Resposta ao MES – encerramento de gestão da TV Escola**, 2019. Disponível em: <http://roquettetpinto.org.br/resposta-ao-mec-encerramento-de-gestao-da-tv-escola/>. Acesso em: 16 dez. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA (ANPOF). **Nota de repúdio a declarações do ministro da educação e do presidente da república sobre as faculdades de humanidades, nomeadamente filosofia e sociologia**, 2019. Disponível em: <http://www.anpof.org/portal/index.php/pt-BR/artigos-em-destaque/2075-nota-de-repudio-a-declaracoes-do-ministro-da-educacao-e-do-presidente-da-republica-sobre-as-faculdades-de-humanidades-nomeadamente-filosofia-e-sociologia>, 2019. Acesso em: 04 jun. 2019.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOGDAN, Robert Staszewski; BIKLEN, Sari Knoop. **Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOLSONARO, Jair Messias. **Página Jair Messias Bolsonaro no Facebook**, 2019. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/>. Acesso em: 17 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Tweets @jairbolsonaro**, 2019. Disponível em: [https://twitter.com/jairbolsonaro?ref\\_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eaut](https://twitter.com/jairbolsonaro?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eaut) hor. Acesso em: 17 dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação** (org. Nogueira, M.A.; Catani, A.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. 18ª ed. São Paulo, Brasiliense. 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm)-. Acesso em: 15 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre Educação Ambiental no Brasil, Política Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências**. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Resultados: Brasil no PISA 2018 – Nacional**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/acoesinternacionais/pisa/resultados>. Acesso em 18 dez. 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini; GERAIGES, Amália Inês, orgs. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira, orgs. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.

DUBAR, Claude. **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos**. Educação e Sociedade. vol. 19 n. 62 Campinas Apr. 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73301998000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000100002). Acesso em: 28 nov. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam** / Paulo Freire. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática de liberdade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 5ª ed. 2009.

INSTITUTO PAULO FREIRE (IPF). Coletivo Paulo Freire por uma educação democrática. **Manifesto**, 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/docs/ManifestoColetivoPauloFreire-FINAL.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

KOHAN, Walter Omar. **A infância da educação: o conceito devir-criança**. *In*: Lugares da infância: Filosofia. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros; ZHOURI, Andréa, orgs. **A insustentável leveza da política ambiental**. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LÉVINAS, Emmanuel. **De l'existence à l'existant**. Paris: Vrin, 1947.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Crise ambiental, educação e cidadania**: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania: São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; et al. **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 9º ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. In: MARX, KARL, Marx; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Moscou: Progresso, 1982.

MORIN, Edgard. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NALINI, José Renato. **Justiça**: Aliada Eficaz da Natureza. In: TRIGUEIRO, André. (coord.) Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

PORTAL G1. **Bolsonaro chama Paulo Freire de 'energúmeno' e diz que TV Escola 'deseduca'**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/16/bolsonaro-chama-paulo-freire-de-energumeno-e-diz-que-tv-escola-deseduca.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Bolsonaro diz que divulgação de dados sobre desmatamento prejudica o Brasil**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/21/bolsonaro-diz-que-divulgacao-de-dados-sobre-desmatamento-prejudica-o-brasil.ghtml>. Acesso em 22 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Educação: Bolsonaro diz que MEC estuda 'descentralizar' investimento em cursos de filosofia e sociologia**. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml>, 2019. Acesso em 04 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Greta Thunberg é escolhida 'pessoa do ano' pela revista 'Time'**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/11/revista-time-escolhe-greta-thunberg-como-pessoa-do-ano.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Pisa 2018: dois terços dos brasileiros de 15 anos sabem menos que o básico de matemática**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/12/03/pisa-2018-dois-tercos-dos-brasileiros-de-15-anos-sabem-menos-que-o-basico-de-matematica.ghtml>. Acesso em: 04 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Bolsonaro chama Greta Thunberg de 'pirralha' ao comentar declaração da ativista sobre morte de índios**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/10/bolsonaro-chama-greta-thunberg-de-pirralha-ao-comentar-declaracao-da-ativista-sobre-morte-de-indios.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Ricardo Galvão, ex-diretor do Inpe, e Greta Thunberg estão na lista das 10 pessoas que mais se destacaram da 'Nature'**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/12/17/ricardo-galvao-ex-diretor-do-inpe-e-greta-thunberg-estao-na-lista-das-10-pessoas-que-mais-se-destacaram-da-nature.ghtml>. Acesso em: 18 dez. 2019.

RAMOS, Maria Helena Rauta (org). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

REVISTA ÉPOCA. **Viúva de Paulo Freire rebate Bolsonaro: 'é nefasto e tem inveja de Paulo'**, 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/viuvade-paulo-freire-rebate-bolsonaro-nefasto-tem-inveja-de-paulo-1-24141379>. Acesso em: 17 dez. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do regime militar**. Cad. CEDES vol.28 no.76 Campinas Sept./Dec. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622008000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000300002). Acesso em: 15 dez. 2019.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; DUQUE, Rodrigo. **A Rede de Difusão do Movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira**. Educação e Realidade. vol.44. no.3, Porto Alegre: Epub Aug 12, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362019000300606](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000300606). Acesso em: 18 dez. 2019.

SOARES, Magda. **Alfabetização**. In: FRADE, Isabel Cristina Alves Silva; *et. al.* Glossário Ceale de termos de Alfabetização, leitura e escrita par educadores. Belo Horizonte, CEALE/Faculdade de Educação da UFMG. 2014. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/alfabetização>. Acesso em: 18 abr. 2019.

STREET, Brian. **Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e prática nos Novos Estudos do Letramento**. In: MAGALHÃES, I. (Org.) Discursos e práticas de letramento: Pesquisa etnográfica e formação de professores. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

WEBER, Max. **Politik als Beruf**. In: *Gesammelte Politische Schriften*. München: Duncker & Humblodt, 1921.

\_\_\_\_\_. **Wirtschaft und Gesellschaft**. Grundriss der Verstehenden Soziologie. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1922.